ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação 372 – 13/02/92

OFICIO Nº. 91/GAB/PMMA/2023.

Ministro Andreazza/RO., 02 de maio de 2023.

À Sua Excelência
Ver. **JUSCILEIA ALVES DA SILVA**
Presidente da Câmara dos Vereadores
Ministro Andreazza-RO.

ASSUNTO: **PROJETO DE LEI - ENCAMINHA**

Exma. Sra. Presidente,

Usando das atribuições que me são conferidas pela legislação pertinente em vigor, venho, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com o fito de encaminhar o Projeto de Lei que **"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

Inicialmente, informo que, o presente projeto dispõe sobre Abertura de Crédito Especial por meio de Superávit Financeiro ao Orçamento Vigente, atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, razão pela qual, solicito que o mesmo seja votado em Regime de Urgência Especial.

Certo da compreensão de Vossa Senhoria e dos demais Edis que compõem esta Câmara Municipal vos encaminho o incluso Projeto de Lei, para que o mesmo seja votado em Regime de Urgência Especial, e na convicção da aprovação do mesmo, desde já, envio votos de elevada estima e reconhecimento.

Atenciosamente,

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

Recebi em: 03/05/2023
as 08:00h

Ministro Andreazza/RO, 02 de maio de 2023.

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº.036 /PMMA/2023

Exma. Sra. Presidente,
Ilmos. Srs. Vereadores e Vereadoras

Encaminho à V. Exas., com grande honra, para apreciação e votação, junto à esta Egrégia Câmara Municipal de Vereadores, o Projeto de Lei que **"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O Projeto de Lei, supramencionado, objetiva Abertura de Crédito Especial por meio de Superávit Financeiro ao Orçamento Vigente, no valor **R$146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais)**, recursos oriundos do programa de apoio a informatização e qualificação dos dados de atenção primária a saúde – informatiza APS, a fim de custear despesa com ações e serviços de manutenção das atividades, conforme portaria n. 2.983 de 11 de novembro de 2019, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, a fim atender o interesse público, de acordo com as dotações distribuídas abaixo, , contribuindo, assim, de forma significativa ao bom andamento e efetiva realização das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal, sempre voltadas ao Interesse Público.

Diante do exposto e pelo que mais será suprido pela dedicação e bom senso dos nobres Edis, reitero o pedido de apreciação e aprovação do incluso Projeto de Lei em Regime de Urgência Especial.

Sendo o que somente se apresenta para o momento, oportunamente, renovo protestos de consideração e apreço.

JOSÉ ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

Comp. Parcela	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo	Processo	Nº Proposta	Nº Portaria	A
JAN de 2020	802141	06/02/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.017002/2020-11		2	
JAN de 2020	803546	28/02/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	2.000,00	0,00	2.000,00		25000.026733/2020-57		2983	
FEV de 2020	804947	19/03/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.038604/2020-10		2983	
MAR de 2020	806103	01/04/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.043243/2020-15		2983	
ABR de 2020	809312	04/05/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.058298/2020-20		2983	
MAI de 2020	811697	02/06/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.077628/2020-86		2983	
JUN de 2020	814300	03/07/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.094007/2020-67		2983	
JUL de 2020	820871	04/08/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.106121/2020-47		2983	
AGO de 2020	825995	02/09/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.122410/2020-93		2983	
SET de 2020	829244	01/10/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.137724/2020-91		2983	
OUT de 2020	832563	10/11/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.155845/2020-14		2983	
NOV de 2020	834600	02/12/2020	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.168265/2020-97		2983	
						Total	66.000,00	0,00	66.000,00					

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano
2022

Tipo de consulta
Fundo a Fundo

Entidade
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINISTRO ANDREAZZA

CPF/CNPJ
19.361.548/0001-95

Grupo
ATENÇÃO PRIMÁRIA

Ação
PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Ação Detalhada
PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS

UF
RO

Município
MINISTRO ANDREAZZA

Código IBGE
110120

População
9.461 habitantes

Ano Censo
2021

Prefeito(a)
SIOPS Indisponível.

Data Inicial Gestão
-

Secretário(a)
SIOPS Indisponível.

Presidente Conselho
SIOPS INDISPONÍVEL.

Comp. /Parcela	Nº OB	Data OB	Tipo Repass	Banco	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo	Processo	Nº Proposta	Nº Portaria	A
01/12 em 2022	800812	14/01/2022	MUNIC PAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.005676/2022-34		2979	
02/12 em 2022	803199	10/02/2022	MUNIC PAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.019972/2022-75		261	
03/12 em 2022	805862	11/03/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.032535/2022-94		261	
04/12 em 2022	808326	07/04/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.047999/2022-03		261	
05/12 em 2022	810463	10/05/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	2.000,00	0,00	2.000,00		25000.064509/2022-25		261	
06/12 em 2022	812758	13/06/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	2.000,00	0,00	2.000,00		25000.082249/2022-70		2979	
07/12 em 2022	818239	07/07/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	2.000,00	0,00	2.000,00		25000.095226/2022-25		261	
08/12 em 2022	820332	15/08/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.113466/2022-19		261	
09/12 em 2022	821985	08/09/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.125349/2022-06		261	
10/12 em 2022	824139	07/10/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.140649/2022-15		261	
11/12 em 2022	826245	09/11/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.155869/2022-35		261	
12/12 em 2022	828246	09/12/2022	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.169319/2022-01		261	
						Total	42.000,00	0,00	42.000,00					

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano
2023

Tipo de consulta
Fundo a Fundo

Entidade
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINISTRO ANDREAZZA

CPF/CNPJ
19.361.548/0001-95

Grupo
ATENÇÃO PRIMÁRIA

Ação
PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Ação Detalhada
PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS

UF
RO

Município
MINISTRO ANDREAZZA

Código IBGE
110120

População
9.461 habitantes

Ano Censo
2021

Prefeito(a)
SIOPS Indisponível.

Data Inicial Gestão
.

Secretário(a)
SIOPS Indisponível.

Presidente Conselho
SIOPS INDISPONÍVEL .

Comp. /Parcela	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Liquido	Motivo	Processo	Nº Proposta	Nº Portaria	A
01/12 em 2023	800422	10/01/2023	MUNICIPAL	001	040002	00001137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25.000.063151/2023-45		261	
02/12 em 2023	862272	10/02/2023	MUNICIPAL	001	040002	00001137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25.000.019898/2023-26		6	
03/12 em 2023	803957	10/03/2023	MUNICIPAL	001	040002	00001137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25.000.053076/2023-33		6	
04/12 em 2023	807377	12/04/2023	MUNICIPAL	001	040002	00001137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25.000.048755/2023-11		6	
						Total	16.000,00	0,00	16.000,00					

Detalhar Pagamento

De acordo com o Manual de Ordem Bancária da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os valores repassados serão creditados em no máximo dois dias úteis após a data de emissão da Ordem Bancária para correntistas do Banco do Brasil. Para os demais bancos o prazo é de no máximo três dias úteis.

Ano
2021

Tipo de consulta
Fundo a Fundo

Entidade
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINISTRO ANDREAZZA

CPF/CNPJ
19.361.548/0001-95

Grupo
ATENÇÃO PRIMÁRIA

Ação
PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Ação Detalhada
PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS

UF
RO

Município
MINISTRO ANDREAZZA

Código IBGE
110120

População
9.461 habitantes

Ano Censo
2021

Prefeito(a)
SIOPS Indisponível.

Data Inicial Gestão
-

Secretário(a)
SIOPS Indisponível.

Presidente Conselho
SIOPS INDISPONÍVEL.

Comp. /Parcela	Nº OB	Data OB	Tipo Repasse	Banco	Agência OB	Conta OB	Valor Total	Valor Desconto	Valor Líquido	Motivo	Processo	Nº Proposta	Nº Portaria	A
DEZ de 2020	801090	26/01/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.009574/2021-15		2979	
JAN de 2021	802352	10/02/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.018333/2021-59		2979	
FEV de 2021	803602	08/03/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.032872/2021-09		2979	
MAR de 2021	805338	01/04/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	6.000,00	0,00	6.000,00		25000.049226/2021-72		2979	
ABR de 2021	808062	07/05/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.068564/2021-11		2979	
MAI de 2021	809985	07/06/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.083188/2021-87		2979	
JUN de 2021	813072	06/07/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.100779/2021-26		2979	
JUL de 2021	815741	05/08/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.116562/2021-38		2979	
AGO de 2021	818879	10/09/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	2.000,00	0,00	2.000,00		25000.135226/2021-94		2979	
SET de 2021	821107	11/10/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	2.000,00	0,00	2.000,00		25000.151062/2021-42		2979	
OUT de 2021	824155	11/11/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	2.000,00	0,00	2.000,00		25000.165429/2021-13		2979	
NOV de 2021	827146	03/12/2021	MUNICIPAL	001	040002	0000137448	4.000,00	0,00	4.000,00		25000.175184/2021-24		2979	
						Total	50.000,00	0,00	50.000,00					

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 13/11/2019 | Edição: 220 | Seção: 1 | Página: 129
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.983, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde e estabelece incentivo financeiro, por meio da alteração das Portarias de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e

Considerando a necessidade de apoiar a melhoria da informatização e da qualificação dos dados na Atenção Primária à Saúde dos entes federativos; resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS e estabelecido incentivo financeiro de custeio mensal aos municípios e Distrito Federal que aderirem ao Programa, conforme disposto nesta Portaria.

Art. 2º A Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Seção I-A

Do Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS

Art. 504-A. Fica instituído o Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS, com o objetivo de informatizar todas as equipes de Saúde da Família - eSF e equipes de Atenção Primária à Saúde - eAP do País e de qualificar os dados em saúde dos municípios e Distrito Federal.

Parágrafo único. Os municípios e Distrito Federal que aderirem ao Programa Informatiza APS farão jus ao recebimento de incentivos financeiros de custeio mensais, nos termos desta Seção e da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017." (NR)

"Art. 504-B. Para fins desta Portaria, considera-se:

I - informatização: uso de sistema de prontuário eletrônico nos atendimentos realizados ao cidadão, devidamente preenchido a cada atendimento e com envio adequado dos dados da Saúde, de acordo com os requisitos definidos nas normas vigentes;

II - sistema de prontuário eletrônico: sistema a ser utilizado em toda a rede de atenção à Saúde, preferencialmente o Prontuário Eletrônico do Cidadão - PEC da estratégia e-SUS APS disponibilizado pelo Ministério da Saúde, ou outro sistema compatível com o padrão de dados e de informação da Atenção Primária à Saúde, o modelo mais recente do padrão Layout e-SUS APS e Leiaute de Dados de Interface (LEDI) de comunicação entre os sistemas, conforme especificações técnicas do Sistema e-SUS APS; e

III - prontuário eletrônico: repositório de informações mantidas de forma eletrônica, compreendendo as informações de saúde, clínicas e administrativas, originadas e mantidas pelas equipes das diversas categorias profissionais que compõem a APS, ao longo da vida de um indivíduo.

Parágrafo único. O sistema de prontuário eletrônico deve atender aos requisitos definidos pelo Ministério da Saúde, inclusive para fins de interoperabilidade e possuir as seguintes características principais:

I - registro de anamnese, exame objetivo e variáveis clínicas;

II - prescrição de medicamentos ou outros métodos terapêuticos;

III - emissão de atestados e outros documentos clínicos;

IV - solicitação de exames e outros métodos diagnósticos complementares;

V - encaminhamentos a outros pontos da rede de atenção à saúde; e

VI - acesso rápido aos problemas de saúde e intervenções atuais." (NR)

"Art. 504-C. Poderão aderir ao Programa Informatiza APS, por meio de sistema a ser disponibilizado pelo Ministério da Saúde, os municípios e o Distrito Federal que possuírem eSF ou eAP informatizadas e cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde – SCNES, de acordo com as normas vigentes.

§ 1º Serão consideradas eSF ou eAP informatizadas aquelas que em, pelo menos, uma das competências anteriores à solicitação de adesão ao Programa Informatiza APS tiverem enviado informações ao Ministério da Saúde provenientes de sistema de prontuário eletrônico.

§ 2º A solicitação de adesão será submetida à análise da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, que avaliará o cumprimento dos requisitos do Programa Informatiza APS e a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 3º Caso deferida a solicitação de adesão, será publicada portaria de homologação de adesão no Diário Oficial da União." (NR)

"Art. 504-D. No âmbito do Programa Informatiza APS, compete

I - ao Ministério da Saúde:

a) definir os parâmetros mínimos a serem observados no Programa, inclusive quanto aos dados dados pelos entes federativos ao Ministério da Saúde;

b) realizar a transferência do incentivo financeiro federal previsto no art. 504-A da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 2017, a partir do recebimento dos dados pelo Ministério da Saúde provenientes de sistema de prontuário eletrônico;

c) monitorar e avaliar a qualidade dos dados enviados pelos municípios e Distrito Federal ao Ministério da Saúde, consoante previsto no art. 504-E;

d) cooperar tecnicamente com os estados e municípios para qualificação do monitoramento, avaliação e auditoria do Programa Informatiza APS;

e) suspender a transferência dos incentivos nas hipóteses previstas no art. 504-G da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 2017;

f) cancelar a adesão dos municípios e Distrito Federal nas hipóteses do art. 504-H; e

g) fornecer modelos de editais, contratos e outros documentos para contratação e compras de bens relativas à informatização;

II - às Secretarias Estaduais de Saúde:

a) apoiar os municípios na melhoria do serviço de informatização no âmbito da Atenção Primária à Saúde;

b) apoiar os municípios no monitoramento do envio e na qualidade dos dados da Atenção Primária à Saúde encaminhados ao Ministério da Saúde;

c) cooperar tecnicamente com o Ministério da Saúde e os municípios para qualificação do monitoramento, avaliação e auditoria do Programa Informatiza APS; e

d) mapear os municípios com dificuldade na condução de processo licitatório relativo à informatização, preferencialmente por região de saúde, e apoiá-los nesse processo; e

III - às Secretarias de Saúde dos Municípios e do Distrito Federal autorizadas ao Programa Informatiza APS:

a) implantar e aperfeiçoar sistema de prontuário eletrônico em toda sua rede de Atenção Primária à Saúde, observado o disposto no art. 504-B;

b) enviar regularmente os dados e as informações do sistema de prontuário eletrônico ao Ministério da Saúde, consoante requisitos e parâmetros mínimos do Programa Informatiza APS;

c) quando for utilizado o sistema PEC da estratégia e-SUS APS, enviar ao Ministério da Saúde pela plataforma de pesquisa de opinião do e-SUS APS, contribuições sobre a utilização do sistema, com o objetivo de auxiliar na sua constante melhoria e desenvolvimento;

d) monitorar a regularidade do envio e a qualidade dos dados da Atenção Primária à Saúde encaminhados ao Ministério da Saúde, com observância dos parâmetros mínimos do Programa Informatiza APS; e

e) realizar os processos licitatórios e as contratações relativas à informatização necessária para o adequado envio dos dados da Atenção Primária à Saúde ao Ministério da Saúde, bem como fiscalizar as aquisições e os serviços de informatização eventualmente contratados." (NR)

"Art. 504-E. O monitoramento e a avaliação da qualidade dos dados da Atenção Primária à Saúde enviados pelos municípios e Distrito Federal ao Ministério da Saúde serão realizados de acordo com o plano de monitoramento do Programa Informatiza APS, que deverá ser informado às Secretarias de Saúde dos municípios e Distrito Federal aderentes e divulgado na internet pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

§ 1º O plano de monitoramento deverá estabelecer anualmente parâmetros mínimos de quantidade e qualidade em relação aos dados da Atenção Primária à Saúde, tendo como referência a eSF ou a eAP, a serem enviados ao Ministério da Saúde pelos municípios e Distrito Federal aderentes.

§ 2º O plano de monitoramento deverá prever prazo para os municípios e Distrito Federal aderentes se adequarem aos novos parâmetros mínimos fixados a cada ano.

§ 3º A não observância dos parâmetros mínimos de que trata este artigo poderá acarretar a suspensão da transferência mensal do incentivo financeiro, nos termos do art. 172-C da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 2017, ou até o cancelamento automático da adesão ao Programa Informatiza APS, nos termos do art. 504-F." (NR)

"Art. 504-F. A adesão dos municípios e Distrito Federal ao Programa Informatiza APS será cancelada automaticamente:

I - na hipótese de não serem enviados os dados da Atenção Primária à Saúde ao Ministério da Saúde, por meio de sistema de prontuário eletrônico, nas seis competências consecutivas a contar da data de publicação da portaria de homologação da adesão; ou

II - após seis competências consecutivas de ocorrência das hipóteses de suspensão da transferência do incentivo mensal previstas no art. 172-C da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS de 2017." (NR)

"Art. 504-G. Compete ao Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, caso entenda necessário, dispor sobre normas complementares para a execução do Programa Informatiza APS." (NR)

Art. 3º A Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Seção X

Do Financiamento do Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS

Art. 172-A. Fica definido o incentivo financeiro federal de custeio mensal para os municípios e Distrito Federal que aderirem ao Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde - Informatiza APS, de que tratam os arts. 504-A a 504-G da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§ 1º O incentivo será devido para cada equipe de Saúde da Família - eSF ou equipe de Atenção Primária à Saúde - eAP informatizada devidamente cadastrada no SCNES que tiver enviado adequadamente ao Ministério da Saúde os dados do sistema de prontuário eletrônico dos estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde, consoante os requisitos e parâmetros mínimos do Programa Informatiza APS.

§ 2º Observada a classificação geográfica rural-urbana estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o valor do incentivo para cada eSF de município ou Distrito Federal aderente e que observar o disposto no § 1º será de:

I - R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), nos casos de município urbano ou município intermediário adjacente;

II - R$ 2.000,00 (dois mil reais), nos casos de município intermediário remoto ou município rural adjacente; ou

III - R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), nos casos de município rural remoto.

§ 3º O valor do incentivo para cada eAP de município ou Distrito Federal aderente que observar o disposto no § 1º será proporcional a:

I - 50% do valor do incentivo definido para a eSF, nos termos do § 2º, quando se tratar de eAP na Modalidade I; ou

II - 75% do valor do incentivo definido para a eSF, nos termos do § 2º, quando se tratar de eAP na Modalidade II." (NR)

"Art. 172-B. O incentivo de que trata o art. 172-A será transferido mensalmente aos Municípios e Distrito Federal aderentes ao Programa Informatiza APS, na modalidade fundo a fundo, nos termos de portaria de homologação da adesão, desde que observado o disposto no § 1º do art. 172-A.

§ 1º O município ou Distrito Federal aderente apenas fará jus ao recebimento do incentivo mensal a partir do primeiro envio dos dados da Atenção Primária à Saúde ao Ministério da Saúde após a publicação da portaria de homologação da adesão, observados os requisitos e parâmetros mínimos do Programa Informatiza APS.

§ 2º O Fundo Nacional de Saúde - FNS adotará as medidas necessárias para as transferências dos recursos relativos ao incentivo previsto neste artigo aos Fundos de Saúde dos Municípios e Distrito Federal aderentes, em conformidade com os processos de pagamento instituídos.

§ 3º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata este artigo será realizada por meio do Relatório de Gestão do ente federativo, nos termos das normas aplicáveis." (NR)

"Art. 172-C. O Ministério da Saúde suspenderá a transferência do incentivo mensal de que trata o art. 172-A nos casos de:

I - ausência do envio de dados da Atenção Primária à Saúde, por meio de prontuário eletrônico, por três competências consecutivas;

II - incorreção no cadastro da eSF ou eAP no SCNES;

III - não alcance de parâmetros mínimos de envio dos dados da Atenção Primária à Saúde ao Ministério da Saúde, estabelecidos no plano de monitoramento do Programa Informatiza APS, por seis competências consecutivas; ou

IV - não alcance de apenas um dos parâmetros mínimos de envio dos dados da Atenção Primária à Saúde ao Ministério da Saúde, estabelecidos no plano de monitoramento do Programa Informatiza APS, por seis competências consecutivas.

§ 1º A suspensão da transferência do incentivo mensal será mantida pelo Ministério da Saúde até a adequação das irregularidades identificadas.

§ 2º Além das hipóteses de suspensão previstas neste artigo, a transferência do incentivo mensal será definitivamente interrompida em caso de cancelamento automático da adesão ao Programa Informatiza APS, nos termos do art. 504-F da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS de 28 de setembro

"Art. 172-D. Os recursos orçamentários de que trata esta Seção correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.2194 - Piso de Atenção Básica em Saúde, no plano orçamentário PO - 0004 - Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde." (NR)

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 2.920/GM/MS, de 31 de outubro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.